

**Pedro Pereira Leite**

*É doutorando em Museologia, na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias em Lisboa. É Mestre em História Contemporânea, pela Faculdade de Letras de Lisboa, e em Ciências da Educação, pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, em Lisboa. É Pós-graduado em Comportamento Organizacional, pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa, em Lisboa. Frequentou o Mestrado em Estudos Africanos do ISCSP e o Programa Avançado de Gestão para Executivos da Universidade Católica Portuguesa. Desenvolve investigação no âmbito dos processos de influência social e Cultura Contemporânea e em Estudos pós-coloniais. Prepara o doutoramento sobre os processos de mobilização da cultura para o desenvolvimento económico e social. Actualmente é director do Museu Mineiro do Louzal e do Centro de Ciência Viva do Louzal, concelho de Grândola, e colabora com o Centro de Estudos Territoriais da Universidade Lusófona.*

# CASA MUSS-AMB-IKI – ESBOÇO DUM PROCESSO MUSEOLÓGICO PARA A ILHA DE MOÇAMBIQUE

**Pedro Pereira Leite**

## **Resumo**

Casa Muss-amb-iki é um projecto de investigação-acção em curso que tem como objectivo final a produção duma tese de doutoramento em museologia. O corpo essencial da investigação envolve a elaboração de um processo museológico numa cidade em Moçambique. Este artigo apresenta uma problemática, uma proposta de metodologia a aplicar e um exercício de avaliação da metodologia proposta: Em “Elapu- Muhipiti” apresentam-se os problemas essenciais. Contextualiza o espaço, define as linhas de rumo para responder à possibilidade de construção de uma organização museológica como projecto de desenvolvimento, baliza as formas de produção, registo e conservação de objectos museológicos. Em “A viagem como elemento catalisador do processo museológico”, apresenta-se a base metodológica do trabalho. Essencialmente a sua justificação teórica. Finalmente em “A herança Africana nos museus de Lisboa” apresentam-se, em síntese os resultados duma experiencia de avaliação sobre a metodologia proposta. Concluimos neste trabalho que a memória africana está sublimada nos museus da cidade de Lisboa, uma cidade que mostra essa herança de forma particularmente evidente nos seus ritmos, nas suas vivência e nas memórias dos seus cidadãos.

**Palavras-chave:** Museologia Pós-colonial, Moçambique, Viagens Museológicas, Sociomuseologia

## **Abstract**

Casa Mus-amb-iki is a project of action research in progress that aims to end the production of a doctoral thesis in musicology. The body most of the research involves the development process of a museum in a city of Mozambique. This article presents a problem, a proposed methodology to be applied and an exercise of the proposed methodology: In "Elapu-Muhipiti" presents the key problems. Contextualizes the area, sets out a course to meet the possibility of building an organization and museum development project, the goal forms of production, recording and conservation of museum objects. In "The trip to catalyze the process museum" presents the methodological basis of work. Essentially its theoretical justification. Finally in "The African heritage in the museums of Lisbon" presents, in summary the results of an experiment evaluating the proposed methodology. We conclude that the memories of Africa is sublimated in the museums of Lisbon, a city that shows that heritage in a particularly evident in its rhythms, in their experience and memories of its citizens.

**Keywords:** Postcolonial Museology, Moçambique, Museological Travels, Sociomuseology

## **Elapu Muhipiti – A Ilha como uma casa**

Casa Muss-amb-iki é um projecto de investigação museológica que de centra na Ilha de Moçambique. Muhipiti, nome Macua da cidade e ilha de Moçambique, é um espaço peculiar, formado pela talassocracia do Índico onde se evidenciam cruzamento de múltiplas culturas.

Espaço híbrido, de contacto da cultura Macua com o mar, desde meados do séculos XII que a região é regularmente visitada pelos povos do Índico. A configuração geográfica da Ilha de corais foi ponto estratégico para o estabelecimento e fixação dos visitantes.

Foi essa ilha que os Portugueses escolheram, no século XV, para fixarem o seu principal porto comercial e militar na costa oriental de África. Até ao século XIX era a capital da colónia, casa do governador da Província. Durante o século XX era uma cidade europeia com estradas de macadame, bailes em clubes e comercio grosso, que convivia com a cidade macua, de madeira e colmo. A independência e a guerra civil que se lhe seguiu, não favoreceram a sua riqueza. Refúgio de gentes deserdadas, depressa o abandono dos poderes a metamorfoseou num espaço desolado. Nos anos 90, a sua classificação como Património da Humanidade, granjeia-lhe o reconhecimento internacional da sua especificidade e originalidade como território africano feito de diversas gentes que vieram de diferentes partidas e que aí ficaram.

O olhar do viajante e dos poetas sempre se fixaram nas memórias e nas histórias de Muhipiti. Nas suas grandezas, nas marcas dos tempos, nas suas ruas, nas suas dores, nos seus sabores e nos rostos das suas gentes. É local de vivências dotado duma textura própria que exerce um forte poder de atracção sobre quem a visita. É neste espaço que nos envolvemos no nosso processo de investigação. As questões base que procuramos responder são saber o que é que a museologia pode mobilizar para participar num processo de afirmação de herança patrimonial, e que configuração organizacional pode assumir um equipamento museológico num espaço pós-colonial, para responder às necessidades de desenvolvimento da comunidade.

A resposta a estas questões leva-nos a identificar as heranças e as memórias da comunidade, as suas relações com o espaço e com o tempo, ingredientes necessários para uma proposta dum processo museológico. Um processo centrado nas pessoas e nas suas heranças. Um trabalho que será brevemente efectuada nesse espaço. No âmbito da preparação desta investigação sentimos necessidade de trabalhar a questão da formação da identidade cultural e a sua presença no museu. Formulamos algumas hipóteses de trabalho, escolhemos uma metodologia e

construímos uma grelha de análise. Testamo-la nos museus de Lisboa. São os resultados desse trabalho que, sinteticamente, aqui se apresenta, integrados no âmbito da problemática enunciada de construção dum processo museológico na Ilha de Moçambique.

A Declaração de sobre os “Princípios Base do Museu Integral” da mesa-redonda de Santiago do Chile em 1972 estabelece e recomenda que “o museu é uma instituição a serviço da sociedade, da qual é parte integrante e que possui nele mesmo os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que ele serve; que ele pode contribuir para o engajamento destas comunidades na acção, situando suas actividades em um quadro histórico que permita esclarecer os problemas actuais, isto é, ligando o passado ao presente, engajando-se nas mudanças de estrutura em curso e provocando outras mudanças no interior de suas respectivas realidades nacionais”<sup>1</sup>

Trata-se de um manifesto que apela a que o museu desempenhe um papel social relevante na sociedade enquanto agente propiciador de mudança, ao mesmo tempo que propõe que os museus se tornem em espaços que permitam a consciencialização dos problemas da comunidade e das diferentes soluções podem encontrar para melhorá-la. Espaços de diálogo entre a comunidade e o mundo. Este olhar sobre a organização museológica é uma condição essencial para sua integração à vida da comunidade e que lhe permite tornar-se numa organização prestadora de serviços.<sup>2</sup> O recentramento da organização museológica sobre os problemas da comunidade, proposto pela sociomuseologia implica a releitura da memória e da herança das comunidades numa busca de instrumentos mobilizado para o seu desenvolvimento sustentado. O museu torna-se assim numa janela de oportunidade para a inovação cultural. Esta operação altera a função tradicional do museu como espaço de guarda de objectos, para um museu como um espaço duma comunidade que constrói as suas memórias, levando os seus objectos e criando os seus objectos. O museu assume-se assim como um espaço de objectos em permanente transformação. Espaços de vida, de trabalho e de investigação. Uma porta de comunicação com o mundo para a formação de saberes e como oficina de artes.

Esta abordagem teórica condiciona o nosso processo de produção museológica na medida em que, ao optarmos por nos centrar sobre a comunidade, sobre a sua

1 “ICOM -Mesa Redonda de Santiago do Chile, 1972”, e “Declaração de Caracas, 1992” in (PRIMO, Judite:1999) “Museologia e Património: Documentos Fundamentais, Cadernos de Sociomuseologia, Lisboa Universidade Lusófona, pp. 105-115 e pp.229-249

2 MOUTINHO, Mário (2008) “Museus como Instituições Prestadores de Serviços”, Working Paper” (Distribuído para discussão no Curso Avançado de Museologia), Lisboa ULHT.

arte e seu saber, sobre as suas vivências, valores e gestos, como fonte da dinâmica criadora do objecto museológico, conduz-nos ao exercício da identificação da sua identidade cultural. E interessa-nos essa produção, não tanto como reconhecimento de objectos (documentos) históricos, mas como objectos mnemónicos, específicos, provenientes da sua relação com o tempo e com o espaço. São sem dúvida portadores de historicidade, mas o que procuramos neles não é tanto a sua filiação no passado, mas a sua filiação no presente, enquanto resultado duma hibridação do vasto conjunto de influências culturais. Procuramos mobilizar esses marcadores de memória para a construção do futuro. E será a partir dessa produção de deverá ser desenhada a organização museológica.

Ainda no âmbito da questão da formação da identidade cultural, é vulgar encontrarmos, em relação à ilha de Moçambique, a referência às influências europeias, da cidade de pedra e cal, à cidade Macua, dos africanos e à presença dos “monhés” e suas mesquitas, como três conjuntos distintos, como três universos culturais. Não descartando a importância que essas distinções assumem ao nível da organização social, interessa-nos sobretudo explorar a síntese e os diálogos existentes nos diversos modos de vida como componentes dum universo específico, único. Porque é a partir dessa singularidade que pretendemos construir o processo museológico. A casa como espaço primordial, único, mas portador de múltiplas valências de formas de adaptação aos tempos do mundo.

### **A viagem como elemento catalisador dum processo museológico**

A casa implica uma delimitação no espaço: o interior e o exterior. O interior, ordenado, conhecido. O exterior ignoto, cheio de perigos. A museologia já operou a ruptura pós-moderna. Durante muito tempo carregava objectos do mundo para o interior dos museus. A partir dos anos sessenta é o museu que sai para o mundo. Instala-se no mundo e procura responder às suas necessidades. Num e noutro momento a viagem está presente. Num primeiro tempo eram as viagens que traziam os objectos para os museus. Agora são as viagens que permitem que a vida entre no museu.

A viagem constitui uma experiência sensorial que identifica a diferença. O olhar sobre o outro, o reconhecimento da identidade do outro é um exercício feito a partir da confrontação entre o que nos é familiar e o que não conhecemos. O processo de apropriação do outro leva-nos à construção da sua inteligibilidade. À sua integração nas nossas categorias. Entre o que nos apropriamos, seja como objecto material, seja como conhecimento ou como ideias e a produção de sentido, a classificação e a ordenação do novo mundo, constituem-se como modos de apropriação da diferença.

Um processo museológico, nesta perspectiva é uma viagem. Uma viagem de nós até aos outros e dos outros até nós. A síntese nasce deste diálogo. Outrora desigual, porque não reconhecia a identidade dos outros, hoje, naturalmente uma opção de cidadania e de acção na investigação.

Em “As expedições no Cenário Musea”<sup>3</sup> Cristina Bruno faz uma reflexão sobre o papel que a expedição desempenha da construção de elos de sentido patrimonial, muitos deles valorizados e preservados pelos museus, bibliotecas e outras instituições do saber, nos mais diversos territórios. *“A idealização de rotas, a preposição de percursos para esquadrihar, investigar, explorar, proteger, dominar, propiciando a realização de colectas de espécimes de natureza, de artefactos e de outras expressões culturais, são acções que se entrelaçam nas raízes do coleccionismo e na origem de muitos museus. É impossível reflectir sobre os antecedentes das expedições sem abordar algumas características que evidenciam a singularidade no cenário museal e o seu comprometimento com a formação de acervos e colecções.* (op.cit, 36)

Integrada na discussão da historicidade dos fenómenos museológicos o estudos dos museus tem vindo, segundo Cristina Bruno, nos últimos anos do século XX a ser orientados por três perspectivas. A primeira, mais técnica, orientada para a reflexão dos problemas que envolvem o trabalho de preservação e conservação de colecções e acervos, bem como de todas as actividade inscritas na cadeia operatória do procedimento museográfico. A segunda inscreve-se no âmbito da análise das razões dos processos museológicos, as especificidades que as instituições museológicas desempenham no contexto sócio cultural. A terceira e última perspectiva, que segundo Bruno, complementa as duas anteriores, relaciona-se com o levantamento histórico das origens das colecções e das especificidades institucionais.

No âmbito desta última perspectiva metodológica, afirma Cristina Bruno que se pode observar as mentalidades que presidiram há constituições dos museus, a sua evolução ao longo dos anos, e revelar os princípios que nortearam as instituições museológicas, sobretudo os sentidos das escolhas patrimonialmente relevantes em cada tempo. Através destas análises podemos identificar os processos de ruptura epistemológica que os processos museológicos têm vindo a sofrer. *“São estudos que caracterizados pela busca de princípios que norteiam as lógicas das instituições, que pontuam as estruturas de longa duração relativas às funções sociais dos processos de musealização e, também, que analisam as rupturas que vêm incentivando novos modelos de musealização”.* (ibidem). Esta metodologia

3 *Expedição São Paulo 450 anos: Museu da Cidade de São Paulo, São Paulo 2004, pp. 36-47*

da análise da historicidade do fenómeno museológico a partir da constituição de acervos permite que os museus de hoje se constituam como centros de saber, de valorização territorial e de atracção cultural. Isso permite considerar o museu como um vector de desenvolvimento estratégico da comunidade. “*Considera-se hoje, que estes lugares, para a “administração da memória” são por um lado, fóruns para a negociação cultural e, por outro, podem ainda ser considerados “a sede cerimonial do património onde se reproduz o regime semiótico com que os grupos hegemónicos o organizam”* (ibidem). Nesta última abordagem recorre a Nestor Garcia Canclini<sup>4</sup> e da importância dos processos de hibridação.

Ao desenvolver estes estudos, Cristina Bruno salienta a importância das expedições, viagens e missões, como “*razões impulsionadoras da formação de instituições museológicas*” (op.cit 37). E faz um bosquejo da história da formação de várias das colecções museológicas que tiveram origem em expedições. O seu interesse neste domínio é dominado pelo significado semiófero<sup>5</sup> das colecções. “*Pode-se afirmar que os fenómenos museológicos são o resultado do entrelaçamento entre os indicadores de memória transformados em bens patrimoniais e a sociedade contemporânea permeada, como em outros períodos, pela necessidade de dominar, rememorar, comemorar e deixar as suas marcas.*” (op.cit, 37)

E prossegue “*É consenso que um museu, qualquer que seja, deve responder a uma questão fundamental: o que é a condição humana? As respostas a esta questão têm moldado instituições com diferentes perfis, mas sempre ancoradas nas potencialidades dos acervos identificados, organizados e protegidos. É fundamental entender quais são as estratégias utilizadas pela sociedade para a constituição das suas colecções, como os cidadãos seleccionaram os seus referenciais patrimoniais, quais são as principais atitudes que têm impulsionado a colecta e a guarda de indicadores de memória, entre muitas outras inquietações*” (ibidem).

Na busca duma resposta para estas inquietações surge a viagem como uma das formas privilegiadas de constituição de colecções museológicas ao longo dos séculos. “*As rotas, os roteiros e os percursos, concebidos, realizados em nome das mais diferentes razões, têm justificado a origem de grandes contingentes de património musealizado.*” (ibidem).

4 CANCLINI, Nestor, Garcia, (2008), *Culturas Híbridas – Estratégias para entrar e sair da modernidade*, São Paulo, ed. SUP, p 169

5 *Semiófero significado literal* Alferes, Porta-Bandeira. *Significado implícito mnemónico. Objectos sem utilidade prática mas com significado simbólico.* (Ver *Enciclopédia Einaudi*, nº 1, *Memória-História*, Lisboa, INCM, 1997,

6 *Pergunta feita por Neil Postman, na XV Conferência Internacional dos Museus, Haia, 1989*

Foram as viagens que permitiram multiplicar os acervos e os ressignificados das exposições, a multiplicação dos saberes. Foram também elas que permitiram compreender a importância do respeito pelo outro, pelos seus objectos e pela sua cultura. É a partir do reconhecimento da cultura do outro que se criaram normas de conduta e de protecção do património cultural; (que inclui questões como diversidade cultural, a polaridade erudito/popular, o uso de recursos naturais, os símbolos nacionais. Esse reconhecimento leva à constituição de convenções internacionais e recomendações para a conservação e preservação de patrimónios da humanidade.

A viagem foi no passado o processo de eleição da constituição da maioria dos museus. Na actualidade a expedição obedece a códigos de ética que implica uma negociação entre os actores. O que se busca é a partilha de saberes e conhecimentos com os distintos sectores da sociedade. Já não se trata duma actividade simplesmente recolectora, mas sim duma actividade de conhecimento e de produção de ciência que deve implicar uma troca de saberes.

A viagem museológica é hoje essencialmente uma troca de conhecimento e saberes. Se retiramos conhecimento da comunidade, devemos reflectir o que é que devolvemos em troca à comunidade. É por isso que *”A articulação essencial às expedições deve respeitar acordos e normas internacionais. A articulação, essencial às expedições, entre as intenções, olhares e registos, ocorre a partir de outros princípios. A lucidez e a reflexividade são assumidas a priori, na perspectiva de encontro potenciado nos percursos.”* (op.cit, 45-46)

Como metodologia de trabalho museológico a expedição é uma forma de externalizar o museus. *“O acumulo de acervos deu lugar ao respeito à praticas culturais, as referencias patrimoniais têm, gradativamente, ocupado o espaço das colecções exaustivas, e as acções de extroversão têm procurado os caminhos da inclusão social. Hoje as expedições percorrem as suas rotas conscientes da necessidade do diálogo e do refinamento de atitudes nas trocas culturais”* (opcit, 46).

A viagem inserindo-se num contexto de metodologia museológica clássica representa também uma atitude de inovação metodológica. *“As intenções das rotas têm sido profundamente alteradas e o registo do que é visto contam hoje com infinitos recursos tecnológicos. É preciso refinar o olhar, treina-lo para estar apto a descobrir a reentrância da cicatriz, perceber as inflexões, descobrir o relevo na inscrição, para encontrar aquilo que singulariza e identifica”* (op cit, p 46)

## Imagens de África nos museus de Lisboa

Como exercício de preparação metodológica para a nossa tese preparamos uma viagem por Lisboa e pelos seus museus com o objectivo de observar a herança e a memória africana na cidade e nos seus museus.

Procuramos neste dialogo, por agora sem personagens, interrogar um tema para ver quais os resultados que produzia. Para testar a forma como uma viagem se podia constituir como uma metodologia de um processo museológico.

Lisboa é também a velha capital do império. Porto de partida e chegada das mercadorias e das gentes das várias partidas do mundo, hoje tão salientadas como componente da nossa especificidade cultural. Entre as muitas possibilidades de diálogos, escolhemos a presença africana e o seu reflexo na instituição museológica. Foi pensado como uma viagem pela cidade. Um exercício dum viajante que durante uma semana passeia pelas ruas duma cidade e observa as pessoas e os seus ritmos, gestos, sabores e cores e que visita os seus locais de memória. O objectivo, singelo, era obter uma síntese sobre a presença da identidade africana nos museus de Lisboa.

Partimos despreocupados para uma viagem tal como faz um visitante. Uma máquina fotográfica, um gravador e um caderno de apontamentos, foram os nossos instrumentos de colheita. Organizamos um pequeno diário, com pontos de paragem em museus e em sítios públicos. Olhamos para o que acontecia à nossa volta com uma interrogação. Onde está a herança africana? Como é apresentada a memória de África nos museus da cidade?

Para a análise das representações da herança africana nos museus, utilizamos uma metodologia mais fina, onde para além da visita à colecção, efectuamos algumas investigações complementares, essencialmente ancorado numa análise bibliográfica e em entrevistas selectivas. A viagem no interior do museu foi organizada a partir de quatro vectores: A) O Conceito gerador, que incluía o processo de criação do museus, sua história e suas principais actividades; B) A modulação da exposição, através da sua organização temática e análise da produção de sentido temática; C) Os recursos e linguagens utilizadas, o texto de suporte, as legendas ou etiquetas, os processos de iluminação e sonorização e D) o projecto expositivo, ou a relação entre o espaço construído e o desenho expositivos, os movimentos entre espaços.

E foi assim que Visitamos museus Históricos (Museu Militar, 1842, Museu da Cidade, 1942), de Arte (Museu Nacional de Arte Antiga, 1884; e Museu do Chiado; 1911), de Arqueologia (Museu do Carmo, 1864; e Museu Nacional de Arqueologia Leite de Vasconcelos, 1893) e Etnologia (Museu da Sociedade de Geografia, 1892; Museu Nacional de Etnologia, 1965), numa pequena selecção com base na sua representatividade como “museu nacional”.

Não vamos agora, por uma razão de espaço, detalhar as análises efectuadas. Abordaremos sinteticamente as suas conclusões. Ao viajar pela cidade encontramos múltiplas presenças da herança africana. Os africanos, facilmente identificados pela cor da pele, muitos deles cidadãos nossos vizinhos circulam de forma intensa por toda a cidade. Estão presentes nos transportes públicos, nas lojas, No espaço público. Lisboa é uma cidade híbrida. Cidade cosmopolita onde restaurantes africanos pontuam com discotecas africanas, lojas africanas e festivais africanos. No Terreiro do Paço (entre Abril e Setembro de 2009) a edilidade organizou uma exposição de José de Guimarães com o nome “África”. Nesse capítulo Lisboa é uma cidade que não se distingue das demais antigas capitais coloniais europeias, cidade colorida e que acolhe no seu seio gentes das mais diversas partes do mundo. Mas onde está a memória dos Africanos na Cidade. No largo de São Domingos, ponto de encontro da comunidade guineense foi há poucos anos colocada uma lápide de “mea culpa” da cidade de Lisboa aos Judeus supliciados pela Inquisição, cujo paço - cárcere se encontrava nesse mesmo local. É curioso como não há nenhum elemento patrimonial que recorde, por exemplo o tráfico negreiro, ou o seu contributo para a construção da cidade. Será que este esquecimento que significa que o assunto ainda não está resolvido na consciência nacional?

Isabel de Castro Henriques em A “*Herança Africana em Portugal*”<sup>7</sup> apresenta uma interessante leitura sobre a herança ou as heranças africanas em Portugal. Afirma a propósito desta presença ausênci: “*Esta lógica do corpo (da cor) se permite que os africanos organizem as suas vidas, não deixa por isso de constituir um obstáculo à sua plena integração na sociedade dos homens*” (op.cit, 233). E prossegue: “*Estes preconceitos pertencem à criação duma leitura polémica e negativa aplicada durante séculos aos africanos e reactualizada pela dominação da guerra colonial do século XX (...)*”, para concluir mais à frente “*A espessura da cor parece asfixiar as probabilidades do acesso ao conhecimento e, por isso, os africanos estão impedidos de entrar nessa área específica, que permite a organização de sociedades harmónicas*” (op cit 234). A leitura de Isabel Castro Henriques permite revelar que a memória portuguesa também é negra, e que essa negritude está bem presente em todos os domínios da nossa vida. “*O inventário da herança permite hoje, mais do que ontem, identificar a maneira consistente como os africanos souberam e quiseram integrar-se na sociedade portuguesa, tornando-se inteiramente portugueses e participando na renovação do imaginário e na construção do facto nacional*” (op.cit, 235).

7 Henriques, Isabel de Castro (2008), *A Herança Africana em Portugal*, Lisboa Edições CTT

Folheando o excelente livro onde estas palavras foram escritas, verificamos que, a maioria dos objectos deste inventário, são hoje objectos de museus, de arquivos ou bibliotecas. Estão inscritos em património. São objectos do nosso quotidiano. E então como é que essa herança, como é que a narrativa da memória africana está representada nos museus de Lisboa.

Na nova cidade do Parque das Nações, no Largo das Bicas, encontra-se um pedestal vazio, com a palavra *Kanimambo* escrita no solo em calçada portuguesa. Kinambando significa encontro/amizade em Swaheli (ou Suaíli). Esta ausência do objecto representa bem as conclusões a que chegamos. África está presente subliminarmente nos museus Lisboetas. Está lá, mas não assume essa identidade. É uma parte do cenário. Não são objectos mnemónicos nem apresentam narrativas identitárias.

Na apresentação dos objectos da nossa herança africana são atribuídos os significados da cultura europeia. São como que troféus do nosso domínio e não objecto de conhecimento de outras culturas. Quando falamos do encontro e da amizade não será necessário atribuímos valor à identidade de quem queremos ser amigos.

Um exemplo. Percorremos a exposição “Portugal e o Mundo” (Julho/Outubro 2009) no Museu Nacional de Arte Antiga para observar onde e como estava representada África e os Africanos. Encontramos alguns objectos: os saleiros em marfim da Costa do Marfim, as estátuas de madeira do Benim, o escudo de madeira do Congo. No catálogo, um artigo sobre o tráfico negreiro. Não deixa de ser curioso que não exista na exposição uma correspondência entre a razão dos “encontros” (o tráfico) e os objectos (ícones). E teria sido fácil construir uma pequena referência às grilhetas e correntes que cerceavam a liberdade a outros seres, a outros que se encontravam do outro lado dos objectos expostos.

São opções de exposição? Não houve intenção de mostrar. É uma opção justificável, tanto quanto significativo é o esquecimento. No final ficamos com a ideia de que os encontros foram uma aventura branda, sem conflitos, sem sangue, sem sofrimento e que nos trouxe prosperidade a todos.

Antes os museus eram mais altruístas. A colonização justificava-se com a missão de civilizar. É certo que também se esquecia de o outro lado queria ser civilizado, mas agora nota-se todo o nosso egoísmo societário excluindo e esquecendo o outro lado. Os museus de Lisboa, estes museus não estão a ser dialógicos. Mas, perguntamos nós, não seria uma função desses museus, porque nacionais, de se constituírem como espaços dialógicos.

Verificamos que a historicidade continua a marcar o panorama museológico na cidade. Num mundo global nós fomos os primeiros. Nós somos globais há mais

séculos é o que nos dizem os nossos museus de Lisboa. Mas não será altura dos museus problematizarem a nossa identidade. Afinal foi essa a estratégia que levou à sua constituição e gestão. Não será este um desafio para a museologia do nosso tempo.

E ao obliterar a herança africana não estamos a obliterar outras heranças. Quais são os patrimónios que habitam connosco na cidade. Para isso seria necessária uma viagem pela cidade para redescobrir as suas heranças. Não será aqui que museologia encontra um espaço para participar no desenvolvimento da cidade?

## Bibliografia

“ICOM -Mesa Redonda de Santiago do Chile, 1972”, e “Declaração de Caracas, 1992” in (PRIMO, Judite:1999) *Museologia e Património: Documentos Fundamentais*, Cadernos de Sociomuseologia, nº 15, Lisboa Universidade Lusófona, pp. 105-115 e pp.229-249.

MOUTINHO, Mário (2008) “*Museus como Instituições Prestadores de Serviços*”, Working Paper” (Distribuído para discussão no Curso Avançado de Museologia), Lisboa ULHT

BRUNO, Cristina (2004), “As expedições no cenário museal”, in *Expedição São Paulo 450 anos*, Museu da Cidade de São Paulo, São Paulo pp. 36-47

CANCLINI, Nestor, Garcia, (2008), *Culturas Híbridas – Estratégias para entrar e sair da modernidade*, São Paulo, ed. SUP, p 169

Le Goffe, Jacques (1997) “Memória” in *Enciclopédia Enaudi*, nº 1 (Memória – História), Lisboa, INCM, pp. 11-50

Henriques, Isabel de Castro (2008), *A Herança Africana em Portugal*, Lisboa Edições CTT.